

CULTURA E MÁ EDUCAÇÃO

“A boa educação de um homem é a sua garantia contra a má educação dos outros.”

(Lord Chesterfield)

Léo da Silva Alves

Os profissionais do Direito são, em regra, pessoas com uma considerável bagagem cultural. Claro, raros são os que ostentam a cultura clássica dos velhos rábulas, autodidatas que enveredavam pelo conhecimento universal, liam em francês, argumentavam em latim e enfrentavam as fraquezas dos seus clientes com a competência dos que conhecem os mistérios da alma. Não se espere tanto dos advogados do terceiro milênio.

Com efeito, não se pode confundir cultura com educação. Também não se pode confundir cultura com curso superior. É sabido que a proliferação de faculdades no país fez cair a qualidade do ensino universitário. Os cursos de Direito estão banalizados. Outrora, quem concluísse o curso ginasial ganhava anel de formatura e era chamado de bacharel. Mesmo sem contar com meios sofisticados de aprendizado, sem qualquer recurso áudio-visual, o formando no ginásio dominava uma ou duas línguas estrangeiras. Hoje, há quem saia da faculdade sem falar e sem escrever no próprio idioma.

A cultura, portanto, não é formal. Um diploma não é garantia. A cultura decorre de hábito. A pessoa lê, estuda, pesquisa, cerca-se de conhecimentos gerais; adquire uma visão do mundo. E, assim, com boa vontade, podemos dizer que muitos dos que seguem efetivamente uma carreira jurídica acabam agregando uma cultura razoável.

Mas a cultura, por si só, também não é tudo. Ela se completa com a boa educação. Com práticas que começam com obediência às regras de etiqueta em um almoço e se estende à forma de se dirigir aos outros, incluindo subordinados. Entenda-se que quem está em uma profissão como essa fica exposto. É mais visto, mais falado. Logo, deve adotar uma postura educada, que inclui regras de convivência social em nível de distinção. Por exemplo, na forma de cumprimentar, no jeito de sentar, no vocabulário seletivo, na pronúncia impecável.

Há aqueles que chegam ao topo da carreira acadêmica. Cursam mestrado, doutorado. Manuseiam leis e doutrinas com agilidade de raciocínio, mas se mostram incapazes de manejar dois talheres num ambiente de refeição

digna. E há outros que, sendo reservados no exercício da magistratura, não se preservam na mesa: relaxadamente, enfiam palitos nos dentes como se os seus convivas fossem obrigados a partilhar do exercício de higiene pessoal. Há, ainda, os que berram no celular, obrigando a terceiros a partilhar, a contragosto, das suas intimidades. E, nessa cadeia de mal educados, estão os que usam a truculência, a arrogância ou o falso e transitório prestígio, esquecendo que é o exemplo da tolerância que lhes credencia ao respeito.

Em tempos de mercado competitivo, de eleição dos melhores, é bom que os profissionais do Direito, ao lado dos Códigos processuais, tenham um bom manual de etiqueta. No concurso da vida, quem não tem educação não é aprovado.

Léo da Silva Alves é autor de mais de 30 obras, professor de Direito Administrativo e conferencista com trabalho integrado a juristas da Europa. (leoalves@terra.com.br)

Brasília, 2005.